



Aprovado em 1ª Votação
Sessão do dia 12/05/15

1º Secretário

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 009/15, DE 25 DE MARÇO
DE 2015.

Aprovado em 3ª Votação
Sessão do dia 14/05/15

1º Secretário

Altera dispositivos que menciona da Lei Complementar n.º 003/2009, de 03.12.2009, que instituiu o Código Tributário do Município de Formosa e dá outras providências.

Aprovado em 2ª Votação
Sessão do dia 13/05/15
1º Secretário

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA

Faço saber que a Câmara Municipal de Formosa aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Alteram os dispositivos da Lei Complementar nº. 003, de dezembro de 2009, que instituiu o Código Tributário do Município de Formosa, a seguir enumerados, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60 - Os créditos da Fazenda Pública Municipal inadimplidos relativos a tributos e penalidades de qualquer natureza, inscritos ou não em dívida ativa, protestos ou ajuizados, poderão ser objeto de parcelamento, observando-se que:

.....”

“Art. 289 - A intimação far-se-á:

I - pela ciência direta do contribuinte, do mandatário ou preposto, provada com sua assinatura; ou, no caso de recusa, através de certidão emitida por servidor competente;

II - por carta registrada, com recibo de volta;

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou,

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

IV - por edital.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, equivalem à intimação direta ao interessado a que for feita através da remessa por carta, com aviso de recebimento.

§ 2º. Far-se-á a intimação por edital, por publicação no placar oficial do Município ou por qualquer jornal da imprensa local, no caso de encontrar-se o contribuinte em lugar incerto e não sabido; ou, quando as informações constantes no cadastro do contribuinte forem insuficientes para a sua regular intimação ou notificação, conforme disposições constantes nos incisos I, II e III, deste artigo, através de certidão emitida por servidor competente.

§ 3º. A recusa da ciência não agrava nem diminui a pena.”



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º009/15, DE 25 DE MARÇO
DE 2015.

“Art. 290. Considera-se feita a intimação:

I - se direta, na data do respectivo "ciente";

II - se por carta, na data do recibo de volta;

III - se por meio eletrônico:

a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;

b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea “a”; ou,

c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

IV - se por edital, 20 (vinte) dias após sua publicação.

V - Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo:

a) o endereço postal por ele fornecido, para fins cadastrais à administração tributária;

b) o endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, desde que autorizado pelo sujeito passivo; e,

c) o endereço eletrônico de que trata este artigo somente será implementado com expresso consentimento do sujeito passivo e a administração tributária informar-lhe-á as normas e condições de sua utilização e manutenção.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

em de Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa, Prefeitura Municipal de Formosa,
de 2015.


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 009/15, DE 25 DE MARÇO
DE 2015.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores vereadores,

O projeto de lei que ora submetemos à apreciação dessa ilustre Câmara Municipal trata de alteração na Lei Complementar n.º 003/2009, que instituiu o Código Tributário do Município de Formosa e dá outras providências.

Tal alteração se faz necessária para implantar o sistema de intimações por meio eletrônico, de forma a dinamizar e atualizar o sistema de procedimentos fiscais, tornando-o mais célere e eficaz.

A informatização tem conquistado a sociedade, gerando um aumento de produtividade nos diversos setores econômicos, bem como facilitando a nossa existência pela rapidez com que adquirimos ou geramos dados, informações, conhecimentos, saberes e destrezas.

Mudanças significativas vêm ocorrendo nos mercados mundiais, influenciados pelo processo da globalização e pela supremacia da tecnologia da informação. Tais fatores implicam numa atualização constante dos meios produtivos, seja na questão operacional, tática ou estratégica. Nesse sentido, a adoção de tais mudanças facilitará os meios dos procedimentos fiscais, o que implicará num procedimento mais célere e eficaz contribuindo de forma significativa com a arrecadação do Município.

Sendo essas as considerações, rogamos a Vossa Excelência e aos insígnies Pares pela aprovação deste Projeto de Lei.


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL